Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previd.dos Servi. Púb. de Paraopeba- IPREV PBA

Ata da reunião ordinária do Conselho Fiscal do IPREV PBA, realizada no dia 30 de abril de 2026, às 17:00 horas, na sede do Instituto, sito à Rua Paula Freiras nº 110 – Centro – Paraopeba/MG, se fez presente o Conselho Fiscal composto por Raquel Duarte Nunes de Oliveira – Presidente, Claudia Regina Pinto, Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira e Eloisa Ananias da Silva Nunes, Conselheiros nomeadas pelos Decretos n. 095/2025, 096/2025 e 097/2025, respsctivamente. Com a presença de todos, iniciou-se a reunião para analise dos documentos e pastas de Receita, Despesa referente o respectivo mês. Os balancetes de receitas e despesas, foram apresentados para apreciação dos conselheiros, os referidos documentos foram analisados pelos conselheiros presentes. Os Relatórios de Acompanhamento da Política de Investimentos e aplicações, bem como os Demonstrativos de Receitas e Despesas do referido mês, estão disponibilizados no site do instituto- www.iprevpba.mg.gov.br. O Comitê de Investimentos apresentou o PARECER COMINV nº 003/2026, referente ao mês de março de 2026, com as informações acerca do cenário econômico, com destaques aos principais pontos correlatos, mercado financeiro global e também com relação aos investimentos da carteira do Instituto no referido mês.

O principal destaque de março foi sobre início dos cortes na taxa de juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, passando de 15% para 14,75% ao ano, marcando o início de um ciclo de queda após um período prolongado de juros elevados. A decisão foi tomada em um cenário de maior incerteza internacional, especialmente devido à alta do petróleo provocada pela guerra no Oriente Médio, o que aumenta os riscos de inflação.

O Copom destacou a necessidade de cautela nas próximas decisões, indicando que novos cortes dependerão da evolução do cenário econômico e das expectativas de inflação. Mesmo com a redução, a taxa de juros brasileira permanece em nível elevado, refletindo a preocupação da autoridade monetária em manter a inflação sob controle enquanto a economia mostra sinais de desaceleração.

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IBGE por meio do IPCA, registrou alta de 0,88% em março de 2026, acelerando em relação aos meses anteriores e refletindo pressões mais intensas sobre os preços. Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses subiu para cerca de 4,14%, voltando a se afastar do centro da meta após período de desaceleração.

No mês, os principais impactos vieram dos grupos ligados a combustíveis e energia, influenciados pela alta do petróleo no cenário internacional, além de pressões em alimentação. O resultado reforça a percepção de que, apesar de a inflação ainda estar dentro do intervalo da meta, há riscos de alta no curto prazo, especialmente diante do ambiente externo mais adverso, o que exige cautela na condução da política monetária.

O índice Ibovespa teve um mês bastante volátil, com os agentes reagindo à guerra no Oriente Médio. O índice, que chegou a bater 175.039 na mínima do mês, encerrou em 187.462, uma queda de 0,70% no período. A recuperação observada no final do mês se deu pela melhoria nas relações entre o Irã e os Estados Unidos.

A taxa de desemprego no Brasil subiu para 5,8% no trimestre encerrado em fevereiro de 2026, segundo dados divulgados pelo IBGE, após ter registrado níveis ainda mais baixos nos meses anteriores. Apesar da alta em relação ao trimestre anterior, o resultado ainda é o menor já registrado para períodos encerrados em fevereiro desde o início da série histórica em 2012, indicando que o mercado de trabalho segue relativamente aquecido.

O Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, decidiu manter a taxa de juros inalterada na reunião de março de 2026, em meio a um cenário de elevada incerteza global. A decisão foi influenciada principalmente pelos efeitos da guerra no Oriente Médio, que elevou os preços do petróleo e aumentou os riscos de pressão inflacionária. O presidente do Fed, Jerome Powell, destacou que ainda é cedo para avaliar totalmente os impactos econômicos do conflito, reforçando a necessidade de cautela na condução da política monetária.

O preço do petróleo registrou queda significativa após a suspensão dos ataques entre Estados Unidos e Irã, refletindo um alívio temporário nas tensões geopolíticas. O acordo de cessar-fogo provisório reduziu o risco imediato de interrupções na oferta global, especialmente no Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte de petróleo.

Com isso, as cotações, que vinham acima de US$ 100 por barril, recuaram para níveis abaixo desse patamar, acompanhando a melhora no sentimento dos mercados. A trégua diminuiu o prêmio de risco embutido nos preços, embora analistas alertem que a situação ainda é incerta e volátil, já que o conflito não foi encerrado de forma definitiva.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as principais taxas de juros inalteradas pela sexta reunião consecutiva, deixando a taxa de depósito em 2%, em linha com as expectativas dos mercados e com a postura cautelosa adotada desde meados de 2025. A decisão ocorreu em meio a sinais de que a inflação na zona do euro tem evoluído em direção ao objetivo de 2%, embora ainda esteja próxima dos níveis desejados, e em um contexto em que a economia da região mostra resiliência diante de desafios globais, como tensões geopolíticas e incertezas no comércio internacional.

Diante desse cenário, o portfólio do IPREV-PBA registrou uma rentabilidade de 0,87% em março, ficando abaixo da meta atuarial do período, que foi de 1,33%. Esse desempenho se deve ao cenário volátil observado no mês, com a rentabilidade representando 92% da meta atuarial no acumulado de 2026.

O destaque do mês foi o fundo Caixa CIC Hedge Multimercado, que apresentou a maior rentabilidade da carteira, com alta de 1,92%. Em contrapartida, o fundo Caixa CIC Brasil Gestão Estratégica registrou o pior desempenho, com rendimento de -0,57%.

Em termos nominais, a carteira do IPREV-PBA obteve um ganho patrimonial de R$ 545.163,92 em março. No acumulado do ano, o rendimento totaliza R$ 1.001.268,41, elevando o patrimônio do Instituto para R$ 33.108.856,88.

Por fim, considerando o prazo de 2 anos para adequação, destaca-se que o portfólio esteve em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN 5.272/2025, bem como com a política de investimentos vigente.

Em análise do conteúdo do respectivo relatório, este conselho pode concluir que foi bem elucidativo, podendo perceber de forma clara os impactos do cenário econômico nacional e internacional, tanto positivo como negativo em nosso portifólio e também como parâmetro para orientação ao COMINV, de forma a manter o monitoramento do mercado, buscando sempre as melhores opções, visando melhor proteção e ganhos da carteira do IPREV/PBA. Sendo assim, este Conselho Fiscal, opina em aprovar o referido relatório.

No mês de março houve concessão de aposentadorias para Cleni Gregório de Oliveira e Maria Eleonora Queiroz dos Santos. Demais informações estão afixadas no quadro de avisos do Instituto e devidamente publicadas no Diário Oficial de Paraopeba, sitio: www.paraopeba.mg.gov.br. Nada mais havendo a tratar, após ser lida, lavrou-se a presente ata, que assim os mesmos assinam. Paraopeba/MG, 30 de abril de 2026.

Raquel Duarte Nunes de Oliveira.
Presidente

Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira
Conselheira

Eloisa Ananias da Silva Nunes
Conselheira

Claudia Regina Pinto
Conselheira